




“Qual é a dessa mulher?” Desafios, conquistas e empoderamento da mulher na política

"What is with that woman?" Challenges, achievements and empowerment of women in politics

Lady Day Pereira de Souza¹ 

Camilla Fernandes² 

Mariane Lemos Lourenço³ 

Mara Rosalia Ribeiro Silva⁴ 

Samantha Frohlich⁵ 

DOI: [10.22478/ufpb.2525-5584.2023v8n2.66027]

Recebido em: 03/03/2023

Aprovado em: 25/09/2023

Resumo: A política é uma das áreas em que se evidencia a marcante sub-representação feminina. Portanto, este artigo tem como objetivo analisar os principais desafios e conquistas de mulheres na política sob a ótica da teoria de empoderamento individual e social. A metodologia segue análise de conteúdo das transcrições de entrevistas semiestruturadas com mulheres eleitas para cargos legislativos e atuantes na política brasileira. Os resultados revelam desafios que permeiam suas experiências na trajetória política, desde a intenção de se inserir nesse ambiente até a sua atuação como eleita. Apesar dos desafios, foi possível verificar as conquistas expressas na forma como as causas defendidas pelas mulheres eleitas passam a ser percebidas e respeitadas, nas mudanças promovidas quanto à utilização dos recursos públicos e nas pequenas transformações no tratamento que elas recebem no ambiente político.

Palavras-chave: mulher; política; desafios; conquistas; empoderamento.

Abstract: Politics is one of the areas in which the marked under-representation of women is evident. Therefore, this article aims to analyze the main challenges and achievements of women in politics from the perspective of the theory of individual and social empowerment. The methodology follows content analysis of the transcripts of semi-structured interviews with elected and active women in the Legislative power in Brazilian

¹ Instituto Federal de Rondônia– E-mail: lady.souza@ifro.edu.br.

² Universidade Federal do Paraná– E-mail: camillafer05@gmail.com.

³ Universidade Federal do Paraná – E-mail: marianellourenco@ufpr.br.

⁴ Universidade Federal do Paraná– E-mail: mararosalia87@gmail.com.

⁵ Universidade Federal do Paraná– E-mail: samantha.frohlich96@gmail.com.

politics. The results reveal challenges that permeate their experiences in the political trajectory, from their intention to enter this environment to their performance as elected officials. Despite the challenges, it was possible to verify the achievements expressed in the way the causes defended by elected women come to be perceived and respected, in the changes promoted regarding the use of public resources, and in the small transformations in the treatment they receive in the political environment.

Keywords: women; politics; challenges; achievements; empowerment.

1. Introdução

Segundo a International Labour Organization (2020), o mundo precisa melhorar os aspectos relacionados ao trabalho das mulheres, pois o seu empoderamento econômico e político contribui para a equidade de gênero. No Brasil verifica-se a marcante desigualdade de gênero na participação econômica e na representatividade política (Benigno, Vieira, Oliveira, 2021). Neste sentido, o aumento da presença da mulher em ambientes organizacionais tradicionalmente masculinos pode fortalecer a representatividade, já que as transformações sociais são mais efetivas se demandadas por meio das posições de poder (Karawejczyk, 2013; Tosi, 2016). Assim, debates tanto políticos quanto acadêmicos têm se voltado à importância da participação de mulheres na política, já que elas enfrentam vários desafios devido às barreiras que se opõem à sua inserção e à sua permanência na política (Bauer, 2015; Fernandes & Lourenço, 2023; Fernandes, Lourenço, Frohlich, Silva, Kai, 2020; Lee, 2018; Zakar, Zakar, Hamid, 2018).

Quando as mulheres ocupam lugar de poder, essas barreiras se manifestam, principalmente, por meio dos julgamentos e estereótipos atribuídos ao gênero. Em razão disso, as mulheres são tratadas como sensíveis e emocionais demais para cargos de liderança pois, na perspectiva de tais estereótipos, o que se espera de representantes políticos são posicionamentos mais agressivos (Bauer, 2015; Biroli, 2010; Chikaipa, 2019; Eagly & Karau, 2002; Fernandes et. al, 2020; Huddy & Terkildsen, 1993; Johns & Shephard, 2007; Lee, 2018).

Diante de tal cenário, um corpo crescente de literatura tem analisado a existência de diferenças entre legisladores femininos e masculinos, e se tais diferenças interferem na aceitação e participação dos candidatos (Costa & Schaffner, 2018; Fernandes & Lourenço, 2023; Geys & Mause, 2014; Grant, Kesternich, Steckenleiter, Winter, 2018). Nesse escopo, o empoderamento da mulher na política é um elemento relevante à compreensão das possibilidades e dos limites existentes no incentivo à participação tanto

social quanto política (Becker, Edmundo, Nunes, Bonatto, 2004; Kleba & Wendausen, 2009; Vasconcelos, 2003). O empoderamento tem por foco o desenvolvimento do potencial individual e, ao mesmo tempo, promove o alcance de ideais nos níveis organizacionais e sociais (Eylon, 1998).

É relevante, portanto, estudar a perspectiva de empoderamento das mulheres na política brasileira, pois o Brasil ocupa a 145ª posição dentre 235 países pesquisados no ranking de representatividade feminina em congressos, divulgado pela Inter-Parliamentary Union (2022). As eleições de 2022, demonstram essa baixa representatividade: a população de mulheres no Brasil corresponde a 51,8%, no entanto, somente 302 mulheres, ou seja 17,8%, foram eleitas num universo de 1.696 cargos eletivos correspondentes a soma das vagas da Câmara de deputados, do Senado, das Assembleias Legislativas e dos Governos estaduais (Amaral, 2022).

Diante desse contexto, este artigo tem como objetivo analisar os principais desafios e conquistas de mulheres na política sob a ótica da teoria de empoderamento individual e social, com auxílio de entrevistas semiestruturadas e apoio da análise de conteúdo. Os resultados desse processo de pesquisa revelam que os desafios como a desigualdade de gênero, sentimento de exclusão, falta de apoio político permeiam as experiências na trajetória da mulher na política partidária, desde a intenção de se inserir nesse ambiente até a sua atuação como eleita. Porém, apesar dos desafios, verifica-se a existência do empoderamento por meio de conquistas como o aumento do respeito pelas causas defendidas por elas, a percepção positiva sobre a forma diferenciada delas na utilização dos recursos públicos e as pequenas transformações no tratamento que elas recebem no ambiente político. Além disso, nesta pesquisa, identificou-se que o empoderamento é também o reflexo de um processo subjetivo de autoconscientização de sua importância como mulher na política.

No que tange às contribuições, esta pesquisa permite compreender e avançar na literatura a respeito de mulheres inseridas em organizações predominantemente masculinas. Contribui na ampliação de estudos voltados às mulheres na política, considerando sua atuação em múltiplas organizações do sistema político (partido político, comissões, organizações formais, entre outros), que seguem diretrizes distintas e únicas. Essa dinâmica de certo modo, tende a interferir no empoderamento delas, por sua atuação política ser forte em algumas organizações e fraca em outras. Além disso, espera-se que este estudo incentive maior participação feminina na política, ao colocar em discussão

pontos que são negligenciados pelo governo, pelos partidos políticos e pela população em geral.

2. Empoderamento feminino

O empoderamento é um elemento relevante à compreensão das possibilidades e dos limites existentes no incentivo à participação social e política (Becker et al., 2004; Kleba & Wendausen, 2009; Vasconcelos, 2003). Nesse sentido, o empoderamento consiste no ato de ter autonomia, em um mecanismo no qual tanto pessoas quanto organizações detêm o controle de seus assuntos, destinos, habilidades e competências (Fialho, Rosa, Gai, Nunes, 2018; Souza, Silva, Costa, 2022).

No contexto organizacional, o empoderamento possui foco no desenvolvimento do potencial individual ao mesmo tempo que promove o alcance de ideais organizacionais maiores, indo além de um sentimento pessoal (ex.: “sinto-me empoderado hoje”). Trata-se de um processo resultante de mudanças e variáveis inter-relacionais individuais, tais como: a quantidade e qualidade de informações a seu dispor, o grau de confiança recebido em um ambiente de trabalho, bem como o grau de responsabilidade que essa pessoa possui em seu cargo (Eylon, 1998).

Além de multifacetado, enquanto processo, o empoderamento se apresenta de forma dinâmica, envolvendo aspectos cognitivos, afetivos e de conduta. Seu processo pode ser apresentado a partir de dimensões da vida social em diferentes níveis: individual, grupal e social. Em nível pessoal, o empoderamento possibilita o aumento da autonomia e da liberdade do indivíduo. E em nível grupal, o empoderamento é responsável por desencadear o respeito recíproco, bem como o apoio mútuo entre os membros do grupo, promovendo o sentimento de pertencimento, a existência de práticas solidárias e de reciprocidade. Por fim, o empoderamento social favorece e viabiliza o engajamento, a corresponsabilização e a participação social na perspectiva da cidadania (Kleba & Wendausen, 2009). Dentre as possibilidades de análise a respeito do empoderamento, tem-se por foco, neste artigo, o nível individual e social.

O empoderamento individual, está relacionado aos atributos interpessoais e comportamentais da pessoa no seu processo de apropriação do poder (Ninacs, 2003). O empoderamento individual tem a possibilidade de ser desenvolvido sob quatro perspectivas (Ninacs, 2003). A primeira é a autoestima, que diz respeito ao senso de identidade, competência pessoal e de confiança em si mesmo, auxiliando o indivíduo na construção de autovalor. A segunda perspectiva se refere à consciência crítica, um

exercício reflexivo do indivíduo voltado à sua formação de consciência coletiva, social e política. A terceira perspectiva é a de competências, que são as capacidades criadas ou aperfeiçoadas pelo indivíduo para colocar os seus planos em ação. Por fim, a quarta perspectiva de participação ocorre quando o indivíduo passa a se envolver progressivamente em processos de decisão e, também, a assumir as consequências dessa maior participação.

Do ponto de vista social, o empoderamento é um processo multidimensional por meio do qual grupos sociais desenvolvem estratégias para alcançar seus objetivos no intuito de melhorar a própria vida e a de outras pessoas (Gutiérrez, 1990; Page & Czuba, 1999). Nesse sentido, o empoderamento envolve aspectos políticos, estruturais, sociais e coletivos sobre uma população específica que tem dificuldades em acessar determinados elementos de poder. Portanto, uma das circunstâncias em que o empoderamento necessita ser fortalecido é na dinâmica de atuação de mulheres em organizações da política, conforme discutido a seguir.

2.1. Mulheres na política

No Brasil, desde 1532, quando a primeira vila portuguesa foi fundada, ocorrem eleições, mas, o direito a voto feminino começou a ser discutido no país apenas por volta de 1891. Nesse período, 31 constituintes haviam assinado uma emenda ao projeto da Constituição Federal, conferindo à mulher o direito ao voto, entretanto, essa emenda foi rejeitada (Buonicore, 2009; Tosi, 2016). Foi por meio da Constituição de 1934 que as mulheres brasileiras tiveram tal direito concedido, pois, por muito tempo, o sufrágio não era visto como um direito e, sim, um privilégio, geralmente atribuído à “cabeça política da família” (Cajado, Dornelles, Pereira, 2014).

Desde então, mesmo com a existência de cotas e demais incentivos, alguns estudos demonstram que as mulheres enfrentam uma série de desafios não somente para se elegerem, mas, também, durante o desenrolar de suas trajetórias, desde a decisão de inserirem-se em um partido, perpassando a intenção de concorrer a um cargo político, à campanha eleitoral, bem como, o efetivo exercício de algum cargo (Bauer, 2020; Schulz & Moritz, 2015).

Nesse sentido, para entender a participação feminina na política requer, antes de tudo, a consciência de que quase nenhum país do mundo tem um percentual de 50% de mulheres ocupando assentos em suas casas legislativas (Paxton & Kunovich, 2003; Sacchet, 2018). Araújo (2010) aponta que o fato é decorrente da existência de percepções

arraigadas que postulam que o poder é voltado aos homens, o que dificulta a participação e motivação de outros grupos excluídos do sistema político. Para se ter uma ideia, no Brasil, dados do Tribunal Superior Eleitoral (2023) indicam que o maior percentual de eleitores é composto por mulheres (53% do total), todavia, apenas 15% dos números totais de cargos políticos são por elas ocupados. Ainda de acordo com o mesmo estudo, em termos de candidaturas, o maior percentual de mulheres candidatas nos últimos anos foi de 34% do total de candidaturas registradas.

Um fator que interfere na participação de mulheres na política é o insuficiente apoio dos partidos, bem como a pouca destinação de recursos, especialmente financeiros, às suas campanhas (Bauer, 2020; Fernandes & Lourenço, 2023; Homola, 2019; Rezende, 2017). Estes são alguns dos pontos que demarcam a desigualdade entre homens e mulheres, a ausência de regras e procedimentos que sejam efetivos na regulação e a interação equitativa dos partidos com seus candidatos, independente do gênero (Homola, 2019; Rezende, 2017).

Tal perspectiva requer o exercício potencial de ações para mudanças nas condições de garantias à maior representatividade de mulheres nos espaços de poder e decisão (Homola, 2019; Rezende, 2017). No entanto, a ampliação da representação feminina não garante o apoio partidário, as aprovações de seus projetos, muito menos aumenta a propensão às suas reeleições (Brollo & Troiano, 2016).

Apesar das mudanças significativas no campo político, o gênero como categoria na qual se analisam as relações sociais constituídas pelas diferenças sexuais percebidas socialmente (Scott, 1990), ainda é critério para a sociedade conceber inferências sobre os traços, competências, crenças e posicionamentos de pessoas que estejam envolvidas nesta instituição (Johns & Shephard, 2007). Alguns estudos que verificam a influência referente à presença da mulher no ambiente político, todavia, demonstram que suas participações nesse cenário geram mudanças significativas, seja em relação aos pensamentos ali desenvolvidos, às políticas criadas ou, então, à forma como o dinheiro público é investido (Brollo & Troiano, 2016; Chattopadhyay & Duflo, 2004; Costa & Schaffner, 2018; Fernandes & Lourenço, 2023; Fernandes et. al, 2020). Estabelecida a conexão existente entre o empoderamento e o contexto das mulheres na política, apresenta-se a seguir os procedimentos metodológicos utilizados na presente pesquisa.

3. Procedimentos metodológicos

Esta pesquisa consiste em um estudo qualitativo básico. Uma das características centrais de um estudo qualitativo básico foca na forma como os indivíduos constroem suas realidades perante as interações em seus mundos sociais (Tisdell & Merriam, 2016). Assim, neste artigo, quando se fala em mulheres atuantes no campo político faz-se menção àquelas que concorreram a cargos políticos para atuarem como senadoras, governadoras, prefeitas, vereadoras, deputadas estaduais, deputadas federais e presidentes. Foram selecionadas apenas mulheres do Poder Legislativo, pois a participação de mulheres nesse cenário político é um tema que merece mais desenvolvimento na academia.

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas no período de agosto a novembro de 2019, orientadas por um roteiro de questões fundamentado na literatura apresentada e no objetivo delineado. As oito entrevistadas participantes assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido de forma a garantir o sigilo, o anonimato e a autorização do uso dos dados para a pesquisa. Todas as entrevistas ocorreram nos gabinetes de trabalho das participantes, sendo gravadas e, posteriormente, transcritas.

As participantes foram identificadas com nomes de deusas da Mitologia Grega que, de certa maneira, representaram a defesa de suas causas políticas, conforme a Tabela 01:

Tabela 01: Caracterização das mulheres atuantes na política participantes da pesquisa

Respondentes	Idade	Formação	Função	Tempo de atuação na política	Causas defendidas
Hera: deusa do matrimônio, da família, a rainha dos deuses	56	Ensino médio completo	Deputada estadual	3º mandato como deputada 1º mandato como vereadora	Causas da família
Atena: deusa da civilização e da sabedoria referente às estratégias de batalha	60	Ensino Superior	Vereadora	1º mandato como vereadora	Causas da mulher, direitos humanos, meio ambiente e segurança

Souza, Fernandes, Lourenço, Silva & Frohlich. “Qual é a dessa mulher?” Desafios, conquistas e empoderamento da mulher na política

Hemera: deusa que personifica o dia e sua luz	43	Ensino Superior	Vereadora	1º mandato como vereadora	Controle ético dos animais, controle e restrição do comércio dos animais, fiscalização e punição aos maus-tratos, guarda responsável e atendimento veterinário gratuito
Artemis: deusa protetora dos animais	70	Ensino Superior	Vereadora	2º mandato como vereadora	Políticas públicas que visem à saúde pública do município, bem como às causas animais
Nice: deusa da conquista e da vitória	44	Ensino Médio completo	Deputada estadual	1º mandato como deputada 2 mandatos como prefeita	Causas voltadas à saúde, turismo, educação, direito das mulheres, da criança e adolescente
Métis: deusa da saúde, virtudes, proteção, prudência e astúcia	51	Ensino Superior	Deputada estadual	1º mandato como deputada estadual	Causas voltadas à representatividade feminina na política
Gaia: representa a Mãe Terra e seu potencial gerador	72	Ensino Superior	Vereadora	6º mandato como vereadora	Causas voltadas à cultura, desenvolvimento, educação, urbanismo e melhor idade
Têmis: deusa da justiça e guardiã dos juramentos humanos e da lei	70	Ensino Superior	Deputada estadual	3º mandato como deputada estadual	Causas voltadas à educação e ressocialização

Fonte de dados: Elaborado pelas autoras (2023)

Após a organização das transcrições, procedeu-se a sua análise, que foi elaborada por meio da técnica de Análise de conteúdo por permitir a interpretação de aspectos subjetivos referentes ao teor dos dados coletados (Saldaña, 2016). Seguindo o protocolo delimitado por Bardin (2011), a análise foi dividida em três momentos. O primeiro referiu-se à “pré-análise” e consistiu-se na organização dos dados e das concepções iniciais a respeito da forma de proceder a análise em si. No segundo momento, as pesquisadoras realizaram a leitura dos materiais, codificando e categorizando-os, levando em consideração a literatura, bem como os temas emergentes em campo. Como resultado, duas dimensões de análise foram delimitadas: “os desafios enfrentados” e “as conquistas

alcançadas”, analisadas pela lente teórica de empoderamento individual (Ninacs, 2003) e social (Gutiérrez, 1990; Page & Czuba, 1999).

Dentro de tais dimensões, Bardin (2011) aponta a existência de unidades de contexto que têm por propósito a codificação dos dados para que seja possível compreender as especificidades existentes. Assim, na dimensão “os desafios enfrentados” delineou-se como unidades de contexto “falta de apoio partidário”, “batalha por espaço”, “demonstração de competências”, “desafios de empoderamento individual” e “desafios de empoderamento social”. Já na dimensão “as conquistas alcançadas”, as unidades de contexto foram: “eleição”, “projetos de leis aprovados”, “mudanças percebidas”, “conquistas voltadas ao empoderamento individual” e “conquistas voltadas ao empoderamento social”.

Após essa etapa partiu-se para o terceiro e último momento da análise que consistiu na inferência e interpretação dos conteúdos das entrevistas para assim alcançar uma análise crítica e reflexiva a respeito do que foi ali exposto. Nesse último processo, as pesquisadoras realizaram uma análise em conjunto de forma a debater diferentes pontos de vista acerca dos dados e da literatura trabalhada e, dessa forma, chegar a um consenso que constituiu a análise final.

4. Análise e discussão dos resultados

4.1. Desafios enfrentados

Conforme Rezende (2017), existe uma série de desafios à representação política de mulheres, considerando a distribuição de recursos, a atuação propriamente dita, dentre outros aspectos. Schulz & Moritz (2015) e Fernandes & Lourenço (2023) argumentam que houve grande avanço na representação feminina na política desde que foram implementadas as cotas de participação obrigatória. Mesmo com a existência de cotas, a grande maioria dos partidos políticos não consegue cumpri-las.

[...] o partido não reconhece a importância da mulher, então, portanto, ele não dá dinheiro pra você, não dá tempo de televisão pra você, não dá oportunidade pra você tentar debater [...] eles escolhem um grupo, geralmente homens, e esse grupo que é apoiado em todos esses sentidos de abrir portas, entendeu? [...] eles deixam você participar, mas não promovem você na eleição, em nenhum sentido [...] não ajudam [...] não sei se não atrapalham [...] não fazem nada pela candidata mulher (Atena).

O exposto confirma o discutido no estudo de Homola (2019), no qual o autor afirma que os partidos agem de forma mais responsiva às preferências de homens do que

de mulheres no que tange às suas atuações gerais. Como resultado, o processo de eleição da mulher candidata é ainda mais desafiador do que o enfrentado pelas suas contrapartes masculinas, uma vez que o apoio do partido é menor, ou mesmo nulo. É importante ressaltar que as mulheres representam quase metade do total de filiados em partidos políticos brasileiros, somando 46% (TSE, 2022), no entanto, o que se nota é que, apesar de tal representatividade em tais organizações, o percentual de candidaturas é ínfimo.

Além dos desafios enfrentados dentro das várias organizações em que atuam, outro ponto levantado pelas respondentes voltou-se à existência de conflitos quanto aos papéis assumidos socialmente pelas mulheres. A problemática refere-se principalmente, a conflitos entre a vida pessoal e profissional. Neste sentido, Têmis relatou sentir que tudo na política ocorre de maneira natural, entretanto, percebeu que alguns aspectos de sua vida pessoal precisaram de alinhamento para que assim, fosse possível ampliar suas condições de inserção no espaço político:

[...] outra coisa que abala o emocional da mulher na política, que ela tem que saber fazer, é conquistar primeiro em casa, porque não adianta ela se meter na política e o marido dar pra trás, elas acabam no divórcio, culpa a política [...] não tem nada a ver, eu sempre aconselho: conquiste em casa, o pai ou a mãe ou o marido ou ‘namorado’, e conquiste os filhos também, porque mesmo conquistando é difícil, quando estão maiores não, mas quando estão pequenos sim, exigem a sua presença (Têmis).

Ainda nessa perspectiva, a respondente Métis também destacou suas dificuldades em conciliar atividades pessoais com suas demandas como deputada. Relatou que por estar inserida nesse ambiente há vários anos, desde o início sabia o preço a ser ‘pago’, relatando inclusive, que tais questões ‘pesaram’ na hora de decidir se candidatar ou não: “pensava se isso valia a pena, se valia a pena abrir mão desse papel de mãe”.

O que se nota é que o processo de empoderamento das mulheres que escolhem se inserirem na política, é impactado pela interferência de variáveis individuais por elas percebidas (Eylon, 1998). Devido ao futuro na política ser algo incerto, cheio de desafios e incertezas quanto à maneira como as atividades profissionais serão desenvolvidas nas organizações que atuam, percebe-se que são recorrentes os questionamentos a respeito de suas competências e participação diante do processo de apropriação do poder fazendo-as duvidar do próprio potencial.

No entanto, conforme o desenrolar de suas atividades e da conquista de poder não só nos partidos, mas de cargos eletivos em outras organizações do sistema político, tais

obstáculos são enfrentados. A batalha revela-se como um esforço diário, uma vez que após a eleição, essas mulheres deparam-se com outra dificuldade: a necessidade de conquistar espaço para dar relevância às pautas defendidas por elas nesse ambiente predominantemente masculino:

[...] eu tenho várias amigas, eu faço parte de um grupo no WhatsApp que são de mulheres vereadoras no Brasil, da nossa causa, e elas disseram que enfrentam muitas dificuldades nas casas legislativas em conquistar os seus espaços porque é um ambiente onde ainda predominam homens, onde se tem um certo preconceito, mas a gente também vê a questão de mulher votando em mulher, ainda não se trabalhou muito isso em sociedade de que a mulher pode votar em outras mulheres para representá-las (Hemera).

Neste sentido, as participantes comentaram sobre as dificuldades referentes à sua atuação, e que um dos motivos que as impede de executar suas atividades igualmente, apesar da sub-representação, é a existência de estereótipos e a necessidade de provar suas competências (Chikaipa, 2019; Ragins & Winkel, 2011; Renner & Masch, 2019):

Eles partem do princípio de que se tu é mulher, for novinha e bonitinha, tu é burra [...], se for loira, mais burra ainda. Então, eles testam, testam e tu tem que provar que você presta, com bons argumentos de que você sabe o que está fazendo e que tu é inteligente. Acima de tudo, se eles desconfiarem que tu não é inteligente [...]acabam contigo (Artemis).

Percebe-se que apesar de existirem incentivos para que a mulher participe do cenário político, este não é um lugar em que homens e mulheres compartilham das mesmas oportunidades. E, em se tratando de situações críticas, Artemis salientou a existência de percalços construídos pelos próprios colegas: “eles tentam te desmerecer, desmerecer a tua causa [...] dizer que tua causa é ridícula, é menos necessária [...]”. Este relato é compatível ao achados de Chikaipa (2019), nos quais identifica-se que a mulher atuante na política geralmente é retratada com base em estereótipos de gênero que lhe são atribuídos, e não com base em suas ações políticas.

A respondente Hera ressaltou a existência da discriminação contra a mulher, como uma força que se perpetua de geração em geração. Suas falas revelam que muitas vezes, o contexto de discriminação e preconceito gera medo às mulheres na tomada de decisões e nos seus posicionamentos, pois podem não ser bem aceitos: “você não vai ser aceita em todo lugar [...] é uma questão de você chegar, se posicionar e as coisas mudarem naquele cenário.” (Hera).

Já a respondente Métis ressaltou que por mais que estejam ocorrendo mudanças, ainda se trata de um ambiente “muito machista, que a gente precisa brigar diariamente para poder conquistar um lugar no meio.” (Métis). Isso mostra que a dinâmica do ambiente político, por mais que haja a inserção de mulheres, ainda é muito masculina, o que contribui para a exclusão sistemática das mulheres (Bauer, 2020; Lee, 2018; Miguel & Feitosa, 2009; Zakar et al., 2018). A respondente destacou, ainda, que não acha que isso ocorra por conta de preconceito ou de maneira intencional, mas, sim como algo resultante da cultura do ambiente e do país. É interessante mencionar que anteriormente, quando questionada a respeito da existência de preconceito, a respondente havia afirmado não perceber preconceito por parte de colegas, fato que resalta o quão arraigadas encontram-se tais questões: “é difícil explicar, eu convivo com eles de forma tranquila”, afirmou Métis. Nota-se que as entrevistadas sofrem discriminações no ambiente político, contudo, não associam essa discriminação a uma prática consciente, mas a algo inerente ao espaço tradicionalmente masculino no qual estão inseridas.

Além disso, quando atuantes em ambientes predominantemente masculinos, espera-se das mulheres posicionamentos mais brutos e agressivos em razão do ideal de estereótipos de gênero para os cargos políticos. Assim, pode-se perceber que por mais que tenham sido eleitas da mesma forma que os colegas homens, as mulheres são vistas de forma pejorativa, como sensíveis e emocionais demais para ocupar os cargos políticos (Bauer, 2015; Biroli, 2010; Eagly & Karau, 2002; Johns & Shephard, 2007).

É possível afirmar que o gênero do representante político conduz às expectativas da sociedade acerca dos seus traços, competências, posicionamentos e crenças (Araújo, 2010; Johns & Shephard, 2007; Miguel & Feitosa, 2009). Diante disso, o gênero feminino é associado ao estereótipo de pessoas carinhosas e sensíveis, cujas características se opõem ao esperado de um candidato político: que sejam mais decisivos e agressivos (Bauer, 2015; Eagly & Karau, 2002). Dado contexto, pode interferir na percepção delas sobre o poder, levando-as a escolherem elementos pessoais estratégicos para conduzir sua prática e atuação na política.

No relato a seguir, o preconceito de homens e das próprias mulheres é destacado como um dos motivos pelos quais ainda há dificuldade para o preenchimento das cotas. O achado converge com os resultados do estudo do Tribunal Superior Eleitoral (2023) que indicam que, mesmo sendo o número de mulheres votantes o maior percentual entre os eleitores e que elas tenham a capacidade do exercício de soberania popular, não o

fazem. Os relatos revelam outros desafios referentes às cotas, aprovações de leis e mudanças já percebidas por elas na política:

Tem um machismo, na hora de aprovar uma lei que tire benefício dos homens, não aqui, mas na Câmara, mas de dar essa paridade, é uma discussão que vai muito longe. Cada mulher que entra é um homem a menos, tem toda uma história que vem junto com isso, não é uma mudança que vem de um dia para o outro. Ela é gradual, mas precisa estar participando para mostrar que dá (Métis).

A violência contra a mulher e eu falo da violência patrimonial, a psicológica e a física, mas, eu falo também de outros tipos de violência que existem e eu posso te dizer que isso que acontece com a mulher na política, é uma violência, é um bullying, é crime [...] simplesmente por você ser mulher (Hera).

Percebe-se a existência de diversos desafios no percurso à inserção da mulher no ambiente político. Esses desafios, conforme Araújo (2010), Bauer (2015), Lee (2018) e Zakar et al. (2018) não resultam apenas do preconceito e demais questões históricas arraigadas no sistema, mas, especialmente, por ainda serem minoria nas organizações da esfera política que possuem cargos eletivos. Nesse contexto, os posicionamentos e as lutas das mulheres eleitas são questionados com mais frequência do que os de colegas homens.

É nesse cenário turbulento de inserção das mulheres no âmbito político que se catalisa o processo de empoderamento das representantes, sejam elas ainda candidatas ou já eleitas. Ao buscarem adentrar a esfera política, as mulheres enfrentam uma série de desafios, como os mencionados: falta de apoio partidário, conflito trabalho-família, necessidade de provar suas competências e intimidações por parte dos correligionários homens.

Para romperem com o sistema de poder que simbolicamente está detido na figura masculina, as mulheres veem a necessidade de refletir e adaptar o seu comportamento, reunindo forças e recursos pelo bem das causas que defendem (Pinto, 2012). Essa reflexão está intimamente relacionada à constituição do seu empoderamento (Ninacs, 2003), uma vez que as mulheres reconhecem que a sua representatividade é constantemente ameaçada pelo contexto patriarcal e machista. Por sua vez, a adaptação de comportamentos resultantes da aprendizagem no exercício da práxis política auxilia essas mulheres na construção do seu empoderamento, especialmente na sua autoestima (Ninacs, 2003), afinando a sua concepção identitária sobre o significado de ser mulher e do valor de ser mulher na política.

Ademais, ainda em relação ao processo de empoderamento, há uma mudança social na criação de competências coletivas quando as mulheres passam a enfrentar os desafios catalisados pelo ambiente político. A inspiração e a participação de mais pessoas envolvidas nesse processo e, também, na ampliação do conhecimento desses desafios, contribuem para a busca por mudanças, ainda que distantes de uma realidade de direitos iguais entre os sujeitos envolvidos (Bauer, 2020; Lee, 2018; Miguel & Feitosa, 2009; Pinto, 2012; Zakar et al., 2018).

As estratégias de enfrentamento dos desafios relacionados às desigualdades e desvantagens de poder na sociedade, basicamente buscam ir contra o que refletem os desafios de âmbito social das mulheres na política. O que as mulheres enfrentam diariamente ao buscarem transformações significativas em um meio essencialmente burocrático e conservador também é resultado de um contexto histórico relacionado ao poder e processo de empoderamento (Atkinson, 1999; Pinto, 2012). Este processo de empoderamento em um contexto social é interpretado pelas entrevistadas “como um grande jogo de poder” (Hemera); e “uma briga diária por direitos” (Métis), o que reforça os aspectos voltados a competências coletivas e à busca de transformações destacadas na teoria do processo de empoderamento.

4.2. Conquistas alcançadas

Quando questionadas acerca de suas trajetórias, todas as respondentes destacam que as consideram conquistas, pois foram eleitas sem apoio efetivo dos partidos a que são vinculadas, tiveram projetos de leis aprovados e representaram efetivamente a população. Em cada entrevista as respondentes falam um pouco sobre seus projetos que, majoritariamente, são voltados à Saúde pública e às causas específicas que cada uma delas defende. Neste momento, é possível verificar as quatro perspectivas de empoderamento individual (autoestima, consciência crítica, competências e participação) destacadas por Ninacs (2003). Ao ressaltar as suas conquistas, portanto, verifica-se de maneira mais nítida nas mulheres eleitas, o senso de autovalor, a reflexividade a respeito de suas atuações, a percepção de suas próprias competências e as consequências de suas participações no cenário político.

Ao ser questionada, contudo, sobre as conquistas que mais se destacam em seu cotidiano, a respondente Gaia ressalta o caráter emocional envolvido em tal processo: “As maiores emoções positivas ocorrem quando você consegue resolver problema, as maiores frustrações vêm quando você não consegue [...] o problema para nós é o desafio e, eu

tenho que resolvê-lo, tenho que lutar por eles (população).” Com o relato de Gaia, compreende-se o exposto por Pinto (2012), de que a percepção de poder traz consigo a conscientização a respeito do seu próprio comportamento e da capacidade que tal pessoa possui em influenciar o cotidiano de outros. Tem-se, aqui, a orientação delineada pelo autor a respeito do aumento de forças e de recursos não somente para si mesmo, mas para as comunidades (Pinto, 2012).

As entrevistadas ressaltaram que percebem forte e latente preconceito em toda a sua trajetória política e nos ambientes das Câmaras e Assembleias. Percebem, também, aspectos de mudanças de comportamento por parte de seus colegas homens nas questões de tratamento e em relação aos posicionamentos que esses possuíam perante as causas defendidas por elas. Como exemplo, a vereadora Hemera, defensora da causa animal, ressaltou que essa causa foi o motivo que fez com que a população a elegesse. Em sua opinião, as pautas a serem defendidas por ela necessitam de coerência com seu propósito na câmara de vereadores: “Nunca senti repressão dos outros colegas, mas, às vezes eles fazem ‘au-au’ ou algo assim”.

Em sua visão, Hemera relatou que não acreditava que tais comentários fossem depreciativos e, sim, em tom de brincadeira. “Mas aí, na última sessão daquele ano apareceu uma cachorrinha na porta do plenário [...] e ela não saía dali. Naquele dia, vários vereadores mandaram no grupo, me chamando, mandando foto ‘Veio uma visita pra você, alguém aqui veio te visitar’.” A vereadora afirmou que, de acordo com a sua percepção, desde que iniciou a discussão a respeito das causas animais, esses deixaram de ser invisíveis para os outros participantes daquela organização: “talvez eles nunca tivessem tido esse olhar do cuidado, da proteção, do amor, da empatia, da compaixão e foi o que eu falei durante todo o ano e eu pensei: ‘na primeira sessão daquele ano eu tive que pedir autorização para falar de um animal e na última eles olharam para aquela cachorrinha” (Hemera).

Artemis, que também atua na mesma causa da respondente Hemera, porém em outra cidade, relatou situação semelhante. Ademais, percebe mudanças de comportamento em relação ao que defende: “tinham uns dois ou três que me olhavam atravessado e, o turning point, o “x” da questão foi que eles ficaram ‘qual é a dessa mulher’?!” (Artemis). Ela afirmou que no início de sua trajetória era muito criticada ao contrariar questões culturalmente aceitas em sua cidade, e que hoje percebe maior aceitação em relação aos seus projetos: “quando temos sessão para aprovar um projeto de

lei, o plenário enche [...] acho que eles ficaram com uma pulga atrás da orelha do tipo ‘ah, porque acho que essa causa não é uma coisinha tão boba’ como eles, na ignorância e na simplicidade deles achavam que era” (Artemis).

Diante dessas duas experiências verifica-se que a ação das vereadoras frente a causa pela qual atuam pode ser considerada uma estratégia de empoderamento social, que impacta e transforma a sociedade no objetivo delineado por elas, uma vez que sua ação traz visibilidade para a causa animal (Gutiérrez, 1990; Page & Czuba, 1999).

Ao discutir a aprovação de leis e aspectos específicos das causas que defende, a respondente Têmis salientou outro ponto de vista quanto às conquistas, ressaltando que elas devem se voltar à população e não a aspectos pessoais: “Nunca olhei para o meu umbigo, eu acho que o deputado estadual, federal, seja lá quem for, eles são funcionários do povo que elegeu eles, eles não são deputados, eles estão deputados” (Têmis). O relato de Têmis coaduna com o exposto por Eylon (1998), para quem o empoderamento possui foco no desenvolvimento do potencial individual, mas também pode ir além de um sentimento pessoal, trazendo consigo percepções que sobressaem a individualidade e despertam a consciência crítica.

Conforme Ninacs (2003), o empoderamento, mesmo em sua perspectiva individual, desenvolve-se por meio da consciência coletiva, social e política. Ao mesmo tempo que a pessoa começa a ter percepções a respeito de suas competências e transforma seus planos em ações, passa, também, a envolver-se em processos de decisão e a desvelar os resultados desse novo posicionamento.

Esse processo individual repercute no campo do empoderamento social à medida que a atuação da mulher na política cria competências coletivas que podem ser compartilhadas com outras interessadas. Desse modo, é possível identificar a ampliação da representatividade da mulher na política por meio da inspiração de outros grupos partidários, com viabilidade de resultar em sua participação efetiva (Pinto, 2012). Nessa perspectiva, verifica-se que à medida que mais mulheres compõem a cena política, mais mudanças significativas são colocadas em foco, particularmente no que tange aos investimentos realizados. Conforme destacado no relato da respondente Têmis, todavia, esses investimentos devem possuir o propósito de aprimorar toda a rede pública e a população em geral (Chattopadhyay & Duflo, 2004).

Conclui-se, então, que as principais conquistas destacadas por essas mulheres se voltam ao fato de terem conseguido se eleger com seus próprios esforços. Atualmente,

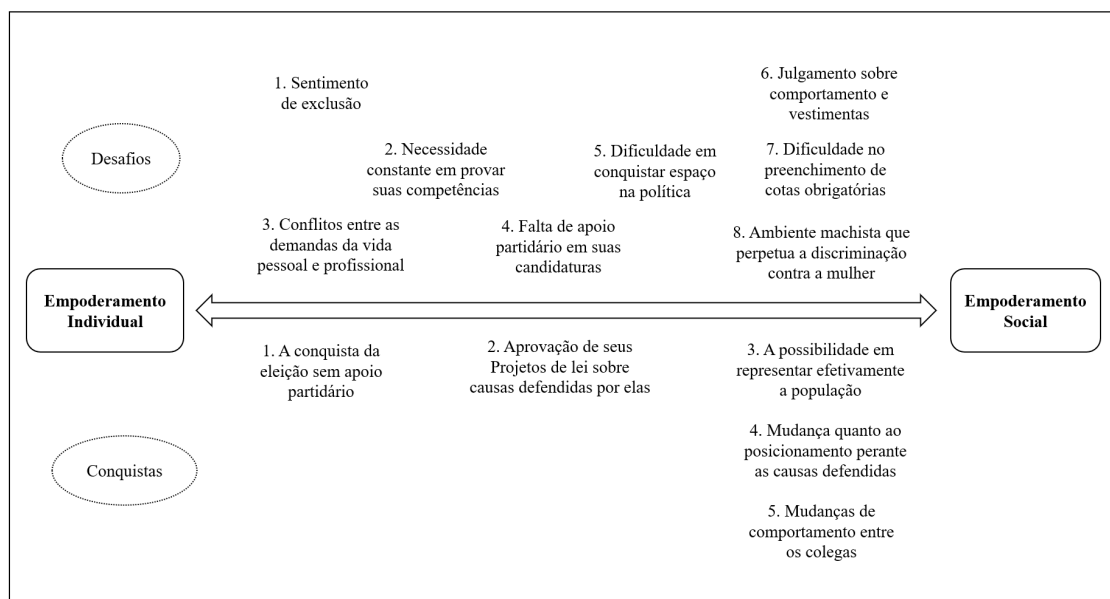
elas têm conseguido novas oportunidades para representar causas específicas e coletivas. Considerando que essas causas, muitas vezes, são negligenciadas, também se destaca como conquista a aprovação de projetos de lei em seu benefício.

No contexto da trajetória das entrevistadas percebe-se, que enquanto algumas estão envolvidas na política há mais de uma década, outras a adentraram há pouco tempo. Com isso, foi possível verificar diferenças de posicionamentos a respeito do que consideram como conquistas, mas também como desafios. A principal mudança que as mulheres veteranas na política percebem é a mudança no tratamento. Mesmo diante de tantos percalços, desafios e preconceitos, as mulheres consideram como conquista a mudança do comportamento, não somente de seus colegas de Câmara, Assembleia ou partidos para com elas e suas causas, mas também por parte da população.

4.3. Síntese dos resultados

Os resultados da discussão sobre os desafios enfrentados e as conquistas alcançadas pelas mulheres eleitas, no nível de empoderamento individual e social estão sintetizadas na Figura 01.

Figura 01: Síntese dos resultados



Fonte de dados: Elaborado pelas autoras (2023)

Em síntese, o empoderamento não representa, por si só, um momento ou um fato ocorrido na vida pessoal de cada mulher ou no meio social em que vivem, mas, sim, um processo que se constitui tanto individual como socialmente. Isto porque o

empoderamento é resultado de um exercício autorreflexivo das legisladoras e que é estimulado e atravessado por diferentes situações vividas e relações sociais e de poder.

Assim, por estarem intimamente ligados, os processos individual e social de empoderamento são representados na Figura 1 em dois polos de um continuum, ao longo do qual são alocados os desafios e as conquistas identificados e relatados pelas mulheres entrevistadas. Ressalta-se que a vivência de experiências negativas (aqui representadas pelos “desafios”) faz parte do processo de empoderamento, bem como as experiências positivas (colocadas como “conquistas”), revelando a natureza transformadora dos eventos vividos pelas entrevistadas e pela sociedade.

No campo do empoderamento individual, os principais desafios reconhecidos pelas representantes políticas têm sido o seu sentimento de exclusão, a necessidade de provar as suas competências e conflitos trabalho-família. E, apesar de vivenciarem constantemente esses problemas, as mulheres reconhecem como conquista a sua própria eleição, ainda que realizada sem o apoio financeiro nem organizacional dos partidos de que fazem parte. Essa conquista tende a fortalecer a moral das mulheres e, por conseguinte, o seu empoderamento.

No meio do continuum do empoderamento, a falta de apoio partidário das mulheres na política e a dificuldade em encontrar espaço na política são elementos que se mostram como desafios individuais, mas também são problemas sociais, pois têm raízes na cultura machista e patriarcal brasileira. Por sua vez, a conquista de projetos de lei defendidos por mulheres e, em seguida, aprovados pelo Poder Legislativo, é considerada uma vitória alocada mais no centro do continuum de empoderamento, pois retrata tanto o alcance pessoal das representantes como uma contribuição no alcance do bem-estar social.

Por fim, no campo do empoderamento social, foram identificados desafios relacionados ao cenário cultural que incidem em preconceitos e discriminação de gênero contra mulheres no Brasil, tais como: julgamentos sobre vestimentas e comportamentos das mulheres na política; dificuldades no preenchimento das cotas obrigatórias de mulheres nos partidos políticos; e o ambiente machista do Poder Legislativo. Felizmente, relevantes conquistas foram identificadas nesse processo de empoderamento social, podendo-se citar: a eleição de mulheres, como a efetiva possibilidade de representar a população feminina; e as mudanças positivas no posicionamento e comportamento dos correligionários homens perante as causas defendidas pelas mulheres.

5. Considerações finais

Este artigo teve como objetivo analisar os principais desafios e conquistas de mulheres eleitas e atuantes na política sob a ótica da teoria de empoderamento individual e social. Sendo possível perceber elementos de constituição do processo de empoderamento da mulher no sistema político. Identificou-se que os desafios das mulheres iniciam na receptividade dos partidos, que visam cumprir a regra da cota de 30% de candidaturas femininas, indicando, muitas vezes, a falta de apoio que leva a mulher a buscar estratégias próprias no processo da campanha eleitoral.

Percebem-se preconceitos por parte de seus colegas homens, que demarcam estratégias de impedimento da entrada e permanência da mulher na política. Tais estratégias podem ser representadas pelos constantes julgamentos relacionados às suas atitudes, levando-as a sentirem necessidade de provar suas competências e demonstrar as suas capacidades. A atuação política traz a essas mulheres consequências para suas vidas pessoais, com destaque às dificuldades de conciliar o trabalho legislativo com a convivência familiar.

Neste contexto, os desafios enfrentados ao serem analisados na perspectiva do empoderamento individual e social, representam tensões do ambiente político que permitem representar, ao mesmo tempo, dificuldades e oportunidades de ampliação da atuação da mulher na política. Desse modo, sob o ponto de vista do empoderamento individual identificam-se como desafios relacionados: o sentimento de exclusão, a necessidade de provar suas competências, e as tensões no conflito vida pessoal versus vida profissional.

À medida que se estende a análise ao processo de empoderamento social, constata-se que os desafios vão assumindo a perspectiva de coletividade, ou seja, exercem influência ou impacto sobre o coletivo de mulheres na política. Tais desafios podem ser representados pela falta de apoio partidário, dificuldade em conquistar espaço na política, julgamentos sobre seus comportamentos e vestimentas, dificuldade no preenchimento das cotas, discriminação e machismo.

Se, por um lado, as mulheres inseridas na política enfrentam desafios em suas trajetórias, por outro a sua inserção na política representa resistência contra a cultura patriarcal e machista, o que resulta em conquistas tanto pessoais quanto sociais. Em primeiro lugar, o fato de serem eleitas por esforço pessoal, sem apoio do partido, representa que na sociedade há espaços favoráveis tanto de apoio à mudança quanto à

Souza, Fernandes, Lourenço, Silva & Frohlich. “Qual é a dessa mulher?” Desafios, conquistas e empoderamento da mulher na política

atuação das mulheres no lugar de poder. A atuação delas nas Assembleias e Câmaras de Vereadores também representa transformações na maneira como determinadas causas são apreciadas, e como é negligenciada a aprovação de projetos de lei. Essa dinâmica revela impactos do empoderamento na trajetória de atuação política das mulheres, bem como na maior visibilidade social e política de questões relacionadas à saúde pública e causas ambientais, por exemplo.

Nesse sentido, a conquista identificada sob a lente do empoderamento individual está relacionada ao fato de as mulheres serem eleitas sem apoio partidário, num esforço pessoal. E, ao se analisar as conquistas relatadas, aproximando-as à perspectiva do empoderamento social, identifica-se a aprovação de leis e a abrangência social das causas defendidas por elas, bem como transformações no comportamento de colegas políticos. As conquistas parecem singelas, mas no contexto vivido, que estabelece recursos e dinâmicas à performance da mulher na política, são singulares e relevantes na mudança social, bem como na abrangência da atuação da mulher no poder.

Em pesquisas futuras considera-se importante ampliar o escopo nas áreas de Administração e Estudos Organizacionais a fim de analisar a vivência da mulher em contextos organizacionais predominantemente masculinos. Ademais, percebe-se a necessidade de ampliação de estudos de elementos subjetivos que emergem da trajetória das mulheres na política, como, por exemplo, as suas emoções. Por fim, sugere-se a realização de pesquisas que investiguem a constituição identitária das mulheres atuantes no contexto político.

Referencias

Amaral, T. (2022). Especial Eleições 2022 – Representatividade feminina ainda é baixa na Câmara. CNN Brasil. <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/mulheres-aumentam-representacao-na-camara-mas-representatividade-ainda-e-baixa/>

Araújo, C. (2010). Rotas de ingresso, trajetórias e acesso das mulheres ao legislativo: um estudo comparado entre Brasil e Argentina. *Revista Estudos Feministas*, 18(2), 567–584. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2010000200016>

Atkinson, R. (1999). Discourses of Partnership and Empowerment in Contemporary British Urban Regeneration. *Urban Studies*, 36(1), 59–72. <https://doi.org/10.1080/0042098993736>

Bardin, L. (2011). Análise de conteúdo. In Edições.

Souza, Fernandes, Lourenço, Silva & Frohlich. “Qual é a dessa mulher?” Desafios, conquistas e empoderamento da mulher na política

Bauer, N. (2020). Shifting Standards: How Voters Evaluate the Qualifications of Female and Male Candidates. *The Journal of Politics*, 82(1).

Bauer, N. M. (2015). Emotional, Sensitive, and Unfit for Office? Gender Stereotype Activation and Support Female Candidates. *Political Psychology*, 36(6), 691–708. <https://doi.org/10.1111/pops.12186>

Bazanini, R., Da Silva, J. R., & Biffi, M. A. (2020). Empreendedorismo Social em Redes Interorganizacionais: O Fluxo Mimético como Absorção Adaptativa na Formação de Competências para o Empoderamento Social. *Gestão & Regionalidade*, 36(109), 163–181. <https://doi.org/10.13037/gr.vol36n109.6632>

Becker, D., Edmundo, K., Nunes, N. R., Bonatto, D., & Souza, R. de. (2004). Empowerment e avaliação participativa em um programa de desenvolvimento local e promoção da saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, 9(3), 655–667. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232004000300017>

Benigno, G. O. L., Vieira, D. M., & Oliveira, J. E. de. (2021). Desigualdade de gênero nos estados brasileiros e análise dos stakeholders do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. *Revista de Administração Pública*, 55(2), 483–501. <https://doi.org/10.1590/0034-761220190398>

Biroli, F. (2010). Mulheres e política nas notícias: Estereótipos de gênero e competência política. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 90, 45–69. <https://doi.org/10.4000/rccs.1765>

Brollo, F., & Troiano, U. (2016). What happens when a woman wins an election? Evidence from close races in Brazil. *Journal of Development Economics*, 122, 28–45. <https://doi.org/10.1016/j.jdeveco.2016.04.003>

Buonicore, A. C. (2009). As mulheres e os direitos políticos no Brasil. In *Voto Feminino & Feminismo*. Imprensa Oficial.

Cajado, A. F. R., Dornelles, T., & Pereira, A. C. (2014). Eleições no Brasil : uma história de 500 anos. Tribunal Superior Eleitoral.

Chattopadhyay, R., & Duflo, E. (2004). Women as Policy Makers: Evidence from a Randomized Policy Experiment in India. *Econometrica*, 72(5), 1409–1443.

Chikaipa, V. (2019). Caring Mother or Weak Politician? A Semiotic Analysis of Editorial Cartoon Representations of President Joyce Banda in Malawian Newspapers. *Critical Arts*, 33(2), 14–28. <https://doi.org/10.1080/02560046.2019.1655583>

Costa, M., & Schaffner, B. F. (2018). How Gender Conditions the Way Citizens Evaluate and Engage with Their Representatives. *Political Research Quarterly*, 71(1), 46–58. <https://doi.org/10.1177/1065912917722235>

Souza, Fernandes, Lourenço, Silva & Frohlich. “Qual é a dessa mulher?” Desafios, conquistas e empoderamento da mulher na política

Eagly, A. H., & Karau, S. J. (2002). Role congruity theory of prejudice toward female leaders. *Psychological Review*, 109(3), 573–598. <https://doi.org/10.1037/0033-295X.109.3.573>

Eylon, D. (1998). Understanding empowerment and resolving its paradox. *Journal of Management History*, 4(1), 16–28. <https://doi.org/10.1108/13552529810203905>

Farias, J. P. B. de, Pimentel, J. M. V., & Santos, L. C. (2021). Turismo étnico-afro: uma possível alternativa para empreendedorismo e empoderamento negro no Brasil. *Caderno Virtual de Turismo*, 21(2), 51. <https://doi.org/10.18472/cvt.21n2.2021.1867>

Fernandes, C., & Lourenço, M. L. (2023). A Woman’s Place is... in Politics: Reflections about Micro and Macroaggressions of Identities. *Revista de Administração Contemporânea*, 1–18. <https://doi.org/https://doi.org/10.1590/1982-7849rac2023220252.en>

Fernandes, C., Lourenço, M. L., Frohlich, S., Silva, D. E. da, & Kai, F. O. (2020). Mulheres na política: emoções e desafios em dinâmicas institucionais complexas. *Cadernos EBAPE.BR*, 18(4), 1071–1081. <https://doi.org/10.1590/1679-395120200006>

Fialho, C. B., Rosa, Á. F. da, Gai, M. J. P., & Nunes, A. de F. P. (2018). Empoderamento e Gênero: Um Estudo com Mulheres que Ocupam Cargos de Gestão em uma Universidade Federal. *Revista Administração Em Diálogo - RAD*, 20(1), 1. <https://doi.org/10.23925/2178-0080.2018v20i1.33452>

Geys, B., & Mause, K. (2014). Are Female Legislators Different? Exploring Sex Differences in German MPs’ Outside Interests. *Parliamentary Affairs*, 67(4), 841–865. <https://doi.org/10.1093/pa/gss090>

Grant, I., Kesternich, I., Steckenleiter, C., & Winter, J. (2018). Historic sex-ratio imbalances predict female participation in the market for politicians. *Journal of Economic Behavior & Organization*, 156, 144–165. <https://doi.org/10.1016/j.jebo.2018.10.003>

Gutiérrez, L. M. (1990). Working with Women of Color: An Empowerment Perspective. *Social Work*, 35(2), 149–153.

Homola, J. (2019). Are Parties Equally Responsive to Women and Men? *British Journal of Political Science*, 49(3), 957–975. <https://doi.org/10.1017/S0007123417000114>

Huddy, L., & Terkildsen, N. (1993). The Consequences of Gender Stereotypes for Women Candidates at Different Levels and Types of Office. *Political Research Quarterly*, 46(3), 503–525. <https://doi.org/10.1177/106591299304600304>

Inter-Parliamentary Union. (2022). Classificação mensal das mulheres nos parlamentos nacionais. *Global Data on National Parliaments*. <https://data.ipu.org/women-ranking?month=3&year=2022>

Souza, Fernandes, Lourenço, Silva & Frohlich. “Qual é a dessa mulher?” Desafios, conquistas e empoderamento da mulher na política

International Labour Organization. (2020). World Employment Social Outlook: trends for women 2018. https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_619577.pdf

Johns, R., & Shephard, M. (2007). Gender, Candidate Image and Electoral Preference. *The British Journal of Politics and International Relations*, 9(3), 434–460. <https://doi.org/10.1111/j.1467-856x.2006.00263.x>

Karawejczyk, M. (2013). As filhas de Eva querem votar: dos primórdios da questão à conquista do sufrágio feminino no Brasil [Universidade Federal do Rio Grande do Sul]. <http://hdl.handle.net/10183/72742>

Kleba, M. E., & Wendausen, A. (2009). Empoderamento: processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política. *Saúde e Sociedade*, 18(4), 733–743. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902009000400016>

Lee, Y. J. (2018). Gender, Electoral Competition, and Sanitation in India. *Comparative Politics*, 50(4), 587–605. <https://www.jstor.org/stable/26532705>

Miguel, L. F., & Feitosa, F. (2009). O gênero do discurso parlamentar: mulheres e homens na tribuna da câmara dos deputados. *Dados*, 52(1), 201–221. <https://doi.org/10.1590/S0011-52582009000100006>

Ninacs, W. A. (2003). Empowerment: Cadre conceptuel et outil d'évaluation de l'intervention sociale et communautaire. https://www.passerelles.quebec/system/files/upload/documents/posts/a22_ninacs_cle_cs_cctl_empowerment_2003.pdf

Page, N., & Czuba, C. E. (1999). Empowerment: What Is It? *Journal of Extension*, 37(5). <https://archives.joe.org/joe/1999october/comm1.php>

Paxton, P., & Hughes, M. (2014). *Women, Politics, and Power: A Global Perspective*. SAGE Publications, Inc. <https://doi.org/10.4135/9781452275482>

Paxton, P., & Kunovich, S. (2003). Women's Political Representation: The Importance of Ideology. *Social Forces*, 82(1), 87–113. <http://www.jstor.org/stable/3598139>

Pinto, C. C. G. (2012). Representações e Práticas do Empowerment nos trabalhos sociais [Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas]. <http://hdl.handle.net/10400.5/4230>

Ragins, B. R., & Winkel, D. E. (2011). Gender, emotion and power in work relationships. *Human Resource Management Review*, 21(4), 377–393. <https://doi.org/10.1016/j.hrmr.2011.05.001>

Renner, A.-M., & Masch, L. (2019). Emotional woman – rational man? Gender stereotypical emotional expressivity of German politicians in news broadcasts. *Communications*, 44(1), 81–103. <https://doi.org/10.1515/commun-2017-0048>

Souza, Fernandes, Lourenço, Silva & Frohlich. “Qual é a dessa mulher?” Desafios, conquistas e empoderamento da mulher na política

Rezende, D. L. (2017). Desafios à representação política de mulheres na Câmara dos Deputados. *Revista Estudos Feministas*, 25(3), 1199–1218. <https://doi.org/10.1590/1806-9584.2017v25n3prezende>

Romero, K., & Kerstenetzky, C. L. (2015). Entre o altruísmo e o familismo: a agenda parlamentar feminina e as políticas família-trabalho (Brasil, 2003-2013). *Revista Brasileira de Ciência Política*, 18, 119–146. <https://doi.org/10.1590/0103-335220151805>

Sacchet, T. (2018). Why Gender Quotas Don’t Work in Brazil? The Role of the Electoral System and Political Finance. *Colombia Internacional*, 95, 25–54. <https://doi.org/10.7440/colombiaint95.2018.02>

Saldaña, J. (2016). *The coding manual for qualitative researchers* (3rd ed.). Sage.
Schulz, R., & Moritz, M. L. (2015). Mulheres vitoriosas na política: estudo comparativo entre as candidaturas ao cargo de deputado estadual no RS em 2010. *Sociologias*, 17(39), 370–402. <https://doi.org/10.1590/15174522-017003921>

Scott, J. (1990). Gênero: “Uma categoria útil de análise histórica.” *Educar Em Revista*, 20(35), 23–36. <https://doi.org/10.1590/s0104-40602009000300003>

Silva, J. R. H. da, Câmara, S. M. A., Júnior, S. M., & Barreto, L. M. T. da S. (2021). Liderança Transformacional, Empoderamento Psicológico e Orientação Empreendedora: Um Estudo no Setor Hoteleiro. *Revista Hospitalidade*, 18(2), 41–74.

Souza, L. D. P. de, Silva, I. P. A. da, & Costa, L. A. (2022). Implementação e implicações da ação política de fortalecimento ao empreendedorismo feminino. *Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais (RPPI)*, 7(2), 158–183. <https://doi.org/10.22478/ufpb.2525-5584.2022v7n2.62512>

Tisdell, E. J., & Merriam, S. (2016). *Qualitative Research: A Guide to Design and Implementation* (4th ed.). Jossey-Bass.

Tosi, M. (2016). Voto feminino: a história do voto das mulheres. *Politize!* <https://www.politize.com.br/conquista-do-direito-ao-voto-feminino>

Tribunal Superior Eleitoral (2023). Mulheres: Estatísticas. Disponível em: <https://www.justicaeleitoral.jus.br/tse-mulheres/#estatisticas>. Acesso em: 13 set. 2023.

Vasconcelos, E. M. (2003). *O poder que brota da dor e da opressão: empowerment, sua história, teoria e estratégias*. Paulus.

Zakar, R., Zakar, M. Z., & Hamid, N. (2018). Gender mainstreaming in politics: Perspective of female politicians from Pakistan. *Asian Journal of Women’s Studies*, 24(2), 224–245. <https://doi.org/10.1080/12259276.2018.1464109>